



REQUERIMENTO Nº , 2015.
(Deputado Alexandre Valle)

Requer, no âmbito da Comissão de Viação e Transporte, a criação de Subcomissão Especial destinada a elaborar diagnóstico sobre a situação dos portos brasileiros, acompanhar as ações do governo federal voltadas à reestruturação dos terminais e propor aperfeiçoamento da legislação voltada ao arrendamento de áreas portuárias.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, a criação de Subcomissão Especial, no âmbito da Comissão de Viação e Transporte, destinada a elaborar diagnóstico sobre a situação dos portos brasileiros, acompanhar as ações do governo federal voltadas à reestruturação dos terminais e propor aperfeiçoamento da legislação voltada ao arrendamento de áreas portuárias.

JUSTIFICATIVA

Os assuntos relativos à infraestrutura portuária ocupam lugar de destaque na agenda do desenvolvimento do país. Apesar dessa constatação, a situação de inúmeros portos brasileiros chama atenção não apenas pela falta de investimentos, mas também pela timidez das políticas públicas voltadas ao setor.



Tomo como exemplo o Porto de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, localizado no município de mesmo nome. O porto constitui, irrecusavelmente, mola propulsora das atividades econômicas na região da Costa Verde, funcionando como polo para fixação de empresas e indústrias que dependem das atividades do terminal portuário. A importância do empreendimento pode ser mensurada pelos impactos econômicos e sociais no âmbito do Município de Itaguaí e região, notadamente com a geração de emprego e renda.

Os números falam por si. O Porto de Itaguaí possui uma área total aproximada de 7 milhões de metros quadrados. Nos últimos 10 anos, a movimentação cresceu cerca de 70%, em razão do aumento do volume de exportações de minério de ferro. A ampliação das exportações no período representou incremento, na ordem de 400%, no faturamento do porto, que, em 2014, girou em torno de 300 milhões de reais.

Para se ter uma ideia, 70 % do que fatura a Companhia Docas do Rio de Janeiro é proveniente, hoje, do Porto de Itaguaí.

Contudo, a importância econômica e estratégica do Porto de Itaguaí não tem se traduzido em investimentos e em políticas setoriais que dimensionem a potencialidade do terminal portuário o qual, como se projeta, reúne condições técnicas para ser o primeiro *hub port* do Atlântico Sul, ou seja, ser o porto referência de concentração de cargas da região.

O fato é que a modernização e a revitalização do Porto de Itaguaí esbarram na falta de investimentos e de atenção com o setor.

Atualmente, dentre as prioridades para mudança dessa realidade estão: a) a necessidade de realização de dragagem de manutenção com volume estimado de 2 milhões de metros cúbicos, visando manter as condições operacionais homologadas, já que, atualmente, algumas operações sofrem restrições operacionais por problemas de assoreamento; b) investimentos em dragagem, buscando adequar a infraestrutura aquaviária do porto à demanda dos navios no mercado, com alterações na geometria, no diâmetro das bacias de evolução, largura do canal, e aprofundamento de alguns trechos de



manobras, com volume estimado em 6 milhões de metros cúbicos; c) ampliação, otimização e aproveitamento da área do porto, uma vez que apenas 2 milhões, dos 7 milhões de metros quadrados estão arrendados.

A partir desse exemplo, é manifesta, portanto, a necessidade de que o Poder Legislativo se inteire com maior precisão da situação dos portos no país, a fim de que iniciativas no âmbito dessa Casa possam ser adotadas no sentido de promover o soerguimento dos portos brasileiros.

Por essas razões, requeiro a Vossa Excelência que, nos termos do Regimento Interno, submeta ao plenário desta Comissão nosso pedido para que seja criada Subcomissão Especial destinada a elaborar diagnóstico sobre a situação dos portos brasileiros, acompanhar as ações do governo federal voltadas à reestruturação dos terminais e propor aperfeiçoamento da legislação voltada ao arrendamento de áreas portuárias.

Sala da Comissão, em de 2015.

Deputado ALEXANDRE VALLE
PRP/RJ